

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

COMPETE
2020
PROGRAMA OPERACIONAL COMERCÍO E INOVAÇÃO

PORTUGAL
2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

FCT
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

DESIGUALDADES NA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO, NO TRABALHO E NAS FAMÍLIAS

Lina Coelho

As crises produzem efeitos económicos e sociais diferenciados, tendendo a agravar as desigualdades preexistentes. E Portugal é um país desigual: em 2018 ocupava o 7.º lugar na zona euro em termos de desigualdade de rendimentos, medida quer pelo índice de Gini, quer pelo quociente do rendimento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres.

O rendimento familiar é fortemente determinado pela relação com o mercado de trabalho. Ora, a crise resultante da pandemia de COVID-19 ameaça especialmente os empregos envolvendo maior interação social e, como tal, tende a penalizar sobretudo as mulheres e os mais jovens.* A especialização produtiva e o mercado de trabalho têm tido uma evolução conducente à desvalorização salarial das qualificações e ao aumento do trabalho precário e sem direitos para aquela que é a geração mais qualificada de sempre. A evolução da distribuição da riqueza líquida é elucidativa: as famílias abaixo de 35 anos tinham, em 2017, uma riqueza líquida 57% inferior ao mesmo grupo em 2010. E a riqueza líquida dos grupos com menores rendimentos também se reduziu acentuadamente. Algumas tipologias de família são especialmente vulneráveis. É o caso das famílias com crianças – em particular as monoparentais, os casais com três ou mais crianças e as outras famílias não nucleares com crianças – cujas taxas de pobreza em 2018 (33,9%, 30,2% e 23,6%, respetivamente) eram muito superiores à média (17,2%). Os jovens adultos que não trabalham nem estudam, cujo número vinha aumentando na faixa etária dos 20 aos 24 anos (de 13,5% em 2008 para 16,8% em 2018), são também um grupo muito vulnerável.

A atenuação das desigualdades em período de crise é um processo exigente, que requer esforço coletivo, assente na consciencialização das vantagens da equidade. É, em si mesmo, um projeto político, em que a economia é posta no único lugar que é o seu: o de suportar a melhoria generalizada do bem-estar, garantindo provisão de necessidades e criando condições para que todas as pessoas possam viver uma vida digna.

A alternativa necessária é, então, uma economia do cuidado, solidária, humanista e feminista, assente na partilha consciente dos recursos e na distribuição equilibrada dos rendimentos, também (e principalmente) entre capital e trabalho. Uma economia que conta com um Estado que assume a redistribuição como tarefa fundamental e garante subsistência digna a todas as pessoas, assegurando um rendimento básico.

Construir oportunidades iguais para todas as pessoas implica assumir a centralidade do trabalho não remunerado das mulheres na provisão de bem-estar, atribuir-lhe o valor que lhe tem sido sonogado, e socializar os custos do cuidado às pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes). Requer uma escola inclusiva, atenta às diferentes condições de partida e acolhedora das diferenças sociais e das capacidades e dificuldades diversas que nos fazem humanos, uma escola capaz de quebrar o ciclo da reprodução intergeracional das desigualdades. Exige, pois, um Estado social robusto, dotado de capacidade de resposta qualificada e igual para todos.

* Acerca da vulnerabilidade das mulheres na crise consulte a entrada “(Des)igualdades entre mulheres e homens”.